



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## **“A NOSSA SOCIEDADE PRODUZIU ESSE TIPO DE INSTITUIÇÃO”: A REFORMA PSIQUIÁTRICA E A CONSTITUIÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA E DE RESISTÊNCIA**

Viviane Trindade Borges\*

1

Frente à obsessão comemorativa e a emergência da memória como uma das preocupações políticas e culturais das sociedades contemporâneas, a preservação de vestígios do passado tornou-se uma demanda social. Tal fenômeno pode ser observado através da proliferação de locais para o depósito de lembranças, os quais se oferecem como garantias contra o esquecimento, alargando o entendimento a respeito do que deve ser considerado patrimônio cultural.

O surto memorialístico que caracteriza esse momento atual também absorveu os espaços e as experiências ligadas ao trauma e ao sofrimento, perpetuando as memórias que resistiram à dor e a opressão, conferindo novos usos ideológicos ao passado. A patrimonialização de campos de concentração, prisões e Hospícios, a configuração de sítios de consciência, de espaços que procuram rememorar tragédias, mostra-se como consequência da expansão da noção de patrimônio e de políticas de memória que procuram garantir a preservação como uma forma de reconciliação com um passado doloroso, que ainda reverbera no social.

---

\* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

A presente comunicação é fruto do projeto pesquisa intitulado **Políticas de memória e História do Tempo Presente: a patrimonialização do sofrimento no Brasil (1980 – 2011)**, o qual intenciona mostrar que foi o diálogo entre as políticas patrimoniais e as demandas sociais ligadas aos direitos humanos que permitiram a criação dos lugares de memória vinculados ao sofrimento no Brasil a partir da década de 1980. A experiência de estudo que aqui apresento é ainda incipiente e trata de um tema delicado, problematizando a reverberação das denúncias trazidas pela Reforma Psiquiátrica, como parte do processo que possibilitou a constituição de lugares de memória dentro de antigas instituições asilares. Para isso será analisada a criação de dois espaços: o Museu da Loucura (MG) e o Museu Arthur Bispo do Rosário de Arte Contemporânea (RJ), entendidos aqui como parte do processo de patrimonialização galopante que caracteriza o contemporâneo (HARTOG, 2003), mas também marcas de uma nova maneira de perceber a loucura.

**O Museu da Loucura** foi criado em 1996, nas dependências do antigo Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, fundado em 1903. **O Museu Bispo do Rosário de Arte Contemporânea**, foi reinaugurado com esse nome em 2001 (ele anteriormente se chamava Museu Nise da Silveira), em homenagem a um paciente-artista, Arthur Bispo do Rosário, e funciona dentro da Colônia Juliano Moreira, antigo hospício carioca inaugurado em 1924. As condições degradantes, a exemplo do que ocorria em outras instituições do país, marcaram a trajetória destes dois lugares e ganharam notoriedade no final dos anos 70, momento de abertura política, quando a sociedade procurava livrar-se dos fantasmas da ditadura, buscando reconquistar a democracia e os direitos civis. Nesse caminho, a loucura tornou-se mais um fantasma a ser expurgado, e isso se deu por meio de uma ampla divulgação através da imprensa que passou a exibir as imagens perturbadoras do cotidiano das instituições psiquiátricas brasileiras.

Neste processo, em 1978 o jornalista Hiram Firmino publicou no jornal *Estado de Minas* uma série de reportagens intituladas “Os Porões da Loucura”. A intenção era denunciar as atrocidades cometidas em um espaço supostamente terapêutico, enfatizando que em meio ao desespero ainda existia esperança, fazendo um paralelo entre o horror e as vivências pessoais, os pedidos de socorro, as tentativas de contato

dos internos com parentes e amigos. Seguindo a mesma proposta, ainda em 1978 foi lançado o documentário de Hécio Ratton, “Em nome da razão” no qual a instituição foi mais uma vez desvelada de forma crua, através de imagens que potencializavam a dor descrita nas reportagens de Firmino, mostrando as celas, a nudez, o eletrochoque e as cicatrizes de lobotomia. Esse mesmo documentário foi exibido durante o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, realizado em 1979, em Minas Gerais, o qual contou com a presença de Franco Basaglia e Robert Castel, ambos psiquiatras italianos, sendo o primeiro o precursor e idealizador da Reforma Psiquiátrica na Itália, conhecido por sua postura marcadamente antimanicomial. A presença do psiquiatra italiano trouxe repercussão internacional ao caso de Barbacena, Basaglia assistiu ao documentário e visitou a instituição, e comparou a mesma a um campo de concentração nazista.

Em 1980 outras imagens foram mostradas em rede nacional e horário nobre, revelando as mazelas de outra instituição produzida por nossa sociedade, a Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro. O lugar foi apresentado como “cidade dos rejeitados”, um espaço esquecido pela anistia e pelas comissões de direitos humanos. As imagens desvelavam pavilhões insalubres, superlotação, descaso. A reportagem exibida no programa “Fantástico” da Rede Globo, foi considerada um marco na história da psiquiatria brasileira, a data de sua exibição, 18 de maio de 1980, inaugura a celebração do Dia da Luta Anti-manicomial no Brasil, o que lhe confere um caráter marcadamente político e de memória, pois todo o ano diferentes instituições psiquiátricas de todo o país celebram o evento, que assinala o início da humanização no tratamento destinado aos doentes mentais no Brasil.

Após a primeira abertura da Colônia Juliano Moreira às câmeras de TV em 1980, o psicanalista Hugo Denizart realizou o documentário “O prisioneiro da passagem”. Neste, as imagens mostradas apresentam o trabalho de Bispo, o mais ilustre morador da vela Colônia, hoje consagrado como artista contemporâneo, e confirmam a posição que caracterizava o Hospital como a cidade dos rejeitados.

Tanto o Museu da Loucura, quanto o Museu Bispo, parecem buscar, cada um a seu modo, acertar as contas com esse passado perturbador, tornando memorável não os acontecimentos propriamente ditos, mas reconhecendo e difundindo o sacrifício dos envolvidos, e mais que isso, suas atitudes de resistência à dor e a homogeneização da

existência que caracteriza os hospitais psiquiátricos, exercendo uma função social em que recordar assegure a transmissão do sentido memorável atribuído às tragédias e às experiências traumáticas (JEUDY, p. 59).

No caso do Museu da Loucura, os mesmos objetos que serviram como evidências para justificar as denúncias e a necessidade de mudanças nas décadas de 1970 e 1980, como o eletrochoque<sup>1</sup>, as celas, as grades, as algemas, os quais caracterizavam um espaço que o psiquiatra Franco Basaglia comparou a um “Campo de Concentração”, hoje são considerados objetos museológicos. No caso do Museu Bispo, o trabalho resultante de um ‘delírio místico’, portanto um sintoma que reforçava o diagnóstico de esquizofrenia paranóide que confinou Bispo na Juliano Moreira por 50 anos, encontra-se exposto como obra de arte.

A criação destes dois Museus e a exibição de peças do cotidiano psiquiátrico como objetos museológicos, evidencia uma nova sensibilidade em relação à loucura. Tais objetos não servem mais para agredir, prender, punir, uniformizar, ou legitimar um diagnóstico, eles perderam suas funções originais, passaram a ser valorados como parte de uma realidade perturbadora que não serve mais ao presente. A força de sua exibição e guarda corrobora uma postura crítica capaz de contribuir para que o objeto, objetivado pelo discurso do Museu, participe do movimento de transformação social que possibilitou que suas condições utilitárias fossem questionadas e revistas. Tornam-se assim “objetos-portadores-de-sentidos”, e desta forma, seu uso converte-se em “valor cognitivo”, alimentando e acentuando determinada memória ligada a denúncia e a demanda por mudanças (Meneses 1992a: 12).

Os três aparelhos de eletrochoque expostos no Museu da Loucura são acompanhados por uma legenda:

Aparelho de Eletrochoque  
Usado desde os anos 30, na maioria das vezes o choque era aplicado sem anestesia. O paciente mordida uma placa de látex para não quebrar os dentes. As convulsões provocadas de forma errada resultavam em fraturas quando o paciente se debatia

---

<sup>1</sup> O Projeto de Lei 4901/2001 que regulamenta, restritivamente, a utilização de eletrochoque ou eletroconvulsoterapia em pacientes portadores de sofrimento psíquico.

O aparelho de eletrochoque foi criado no final da década de 1930, sendo utilizado muitas vezes como punição e sem atender a critérios básicos, como o uso de anestesia. No Brasil, o uso do eletrochoque em pacientes psiquiátricos foi regulamentado pelo Projeto de Lei 4901/2001, ano em que foi aprovada a Lei da Reforma Psiquiátrica, restringindo sua utilização, limitando-a a casos excepcionais como, por exemplo, aqueles que envolvem depressões gravíssimas e onde os pacientes não respondem à medicação. Cabe destacar ainda que conforme o artigo 4 do referido projeto: “todas as aplicações de eletroconvulsoterapia deverão ser comunicadas ao Ministério Público no prazo das 24 horas posteriores a sua realização<sup>2</sup>”.

Os aparelhos expostos no Museu tornam-se objetos de reflexão, seu compromisso não é mais com o passado doloroso que transformou um tratamento em punição, mas com o presente, pois é na atualidade que eles adquirem a categoria de objetos museológicos, respondendo as preocupações atuais comprometidas com a Reforma Psiquiátrica. Desta forma, o que fica exposto é o campo de uma luta, da luta antimanicomial, o eletrochoque não é apenas vestígio de um passado odioso, mas torna-se fonte para reflexão sobre o seu uso como punição, sobre a conversão de um espaço de tratamento em lugar de tortura, sofrendo uma metamorfose quando inserido em um espaço expositivo. Assim, o decurso do tempo, que permitiu uma nova maneira de lidar com a loucura e o desrespeito aos direitos humanos, constitui um elemento de suma importância para que esse objeto tenha se tornado um objeto histórico dentro desse espaço (MENESES, p. 19).

O Museu Bispo não expõe o cotidiano traumático de forma explícita. A obra de Bispo, que durante os cerca de 50 anos de internamento foi tida como parte de seu delírio, teve sua importância legitimada pelo tombamento das cerca de 802 peças pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro)

---

<sup>2</sup> O aparelho de eletrochoque foi criado no final da década de 1930, sendo utilizado muitas vezes como punição e sem atender a critérios básicos, como o uso de anestesia. As críticas em relação a essa prática ganharam força da década de 1970, quando movimentos ligados a anti-psiquiatria e aos direitos humanos lançaram críticas à psiquiatria institucionalizada na Europa e nos EUA, destacando o uso da terapia por eletrochoque como desumana. Um dos partidários foi Ken Casey, autor do livro 'One Flew Over the Cuckoo's Nest', que em português ganhou o título “Um estranho no ninho”, que narra sua experiência pessoal em um hospital psiquiátrico no Oregon. O livro foi transformado em roteiro de filme, com o ator Jack Nicholson, recebendo o Oscar de melhor filme em 1975. Certamente uma denúncia que reverberou em todo mundo, marcando o imaginário popular sobre o uso da referida terapia.

legitimando assim seu valor patrimonial. O tombamento da obra ocorreu em 1992, quando então passou a ser considerada patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Do esquecimento ao tombamento, os bens antes desconhecidos tornaram-se arte. Mais do que isso, foram instituídos como patrimônio cultural. Sendo o patrimônio uma narrativa, cabe destacar o sentido atribuído ao autor das peças na Ficha de Inventário, apontado como um “artista genial e apenas circunstancialmente louco”, discurso que banaliza o quase meio século de internamento em um dos maiores hospitais psiquiátricos do país.

Bispo resignificou o uniforme do Hospital. Foi no casaco azul destinado a homogeneizar os internos que ele bordou o seu primeiro contato com a psiquiatria, a data de sua primeira internação. Bispo desfilava pela Colônia com o uniforme institucional por ele “desinstituído” através de bordados e inscrições que proclamavam sua importância como enviado de Deus para reconstruir o mundo após o Juízo Final. Para ele, parte de sua missão, para psiquiatria, delírio místico, para a atualidade, arte contemporânea. O Museu Bispo, que expõe obras de outros pacientes e de artistas de fora da Colônia, em sua missão museológica coloca-se contrário ao controle psiquiátrico, afirmando que este aprisiona as criações dos internados, negando-lhes o caráter de arte autêntica. A obra de Bispo é um marco de resistência a este controle, mostra a possibilidade de individualizar-se dentro de um espaço homogeneizador.

Da mesma forma, o Museu da Loucura exhibe bonecas de pano confeccionadas por internas da própria colônia, as quais recebiam um adorno bem característico de seu cotidiano, as algemas usadas para conter os internos agitados, resignificadas como pulseiras a enfeitar tais brinquedos. Neste mesmo sentido, chama atenção uma vitrine com várias notas de dinheiro e moedas de diferentes épocas, permitindo pensar que o ato de guardar dinheiro significava que ainda existia a esperança de sair da instituição, de ter onde gastar.

Assim tanto em Barbacena quanto no Rio de Janeiro, os acervos em questão exibem peças que evidenciam atitudes de resistência à dor e a homogeneização da existência. Os referidos Museus exibem objetos que faziam parte do cotidiano asilar,

---

<sup>3</sup> O tombamento provisório de suas criações ocorreu em 04/12/1992 e o definitivo em 29/06/1994, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC).

seja o eletrochoque seja os objetos e o uniforme institucional ressignificado por Bispo, os quais se encontram fora de seu uso ordinário, e, portanto, capazes de atrair a observação, mas que são estranhos a vida corrente da maioria de seus visitantes, e por essa mesma razão capazes de incorporar nesses experiências alheias, suscitando a solidariedade e a reflexão, para que o passado doloroso realmente passe (MENESES, p. 12). É preciso lembrar que mesmo em seu cotidiano esses objetos já não atendiam mais a suas funções originais, o eletrochoque não era tratamento, mas punição, o uniforme ressignificado por Bispo, não uniformizava, individualizava.

Os acervos abrigados por tais instituições constituem fontes importantes para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto objetos históricos, permitindo transcender seus significados originais (MENESES, 2005). Desta forma, tais Museus parecem atender aquilo que Meneses (2005, p. 13) coloca como características de tais espaços no século XXI, ou seja, a possibilidade de “constituir extraordinárias vias de conhecimento e exame dessa mesma sociedade. Serão, assim, bolsões para os ritmos personalizados de fruição e para a formação da consciência crítica, que não pode ser massificada” (MENESES, 2005, p. 13)

A formação de uma consciência crítica se dá através de espaços que inspirem a reflexão, que permitam pensar o sofrimento como uma experiência marcada pela resistência, capaz de suscitar novos arranjos sociais. Tais espaços se tornam lugares de memória, foram investidos de uma aura simbólica (NORA, p. 21), um ritual ligado a desestigmatização. Foram ritualizados, marcando a configuração de uma nova maneira de encarar a loucura. Esse processo encontra-se em curso, sendo o pesquisador contemporâneo do objeto que pretende analisar, partilhando “com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais” (CHARTIER, 2000, p. 215 – 218). Conforme Bédarida (2000, p. 219-229), a história do tempo presente, “... mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto objeto de uma renovação sem fim.”

A criação de dois Museus nas dependências de dois grandes hospitais psiquiátricos brasileiros, os quais sofreram graves denúncias sobre violações de direitos humanos no final dos anos 70 e início dos 80, permite pensar a maneira como o

sofrimento vem sendo patrimonializado como forma de resistência ao trauma e como possibilidade de reflexão e aprendizado. Tais espaços adquiriram importância pelo peso do real que carregam, e às suas experiências foi agregado valor patrimonial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo. Loucos pela vida. A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p.219-229.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p.215-218.

COIMBRA, Cecília. Guardiães da ordem. Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

FARGE, A. Lugares para a história. São Paulo: Autêntica, 2011.

FIRMINO, H. Nos Porões da Loucura. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.

GOULART, Maria Stella Brandão. Em nome da razão: Quando a arte faz história. Rev. bras. crescimento desenvolv. hum., São Paulo, v. 20, n. 1, abr. 2010. Disponível em <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822010000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 01 jul. 2012.

JEUDY, Henri-Pierre. Patrimônio e catástrofe. In: Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1995. p.57-65.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn and RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2007, vol.12, n.2, pp. 399-407.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In. FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana G. Museus: dos gabinetes de



curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília, DF: CNPq, 2005.

MINISTÉRIO DE SAÚDE. Saúde Mental e Direitos Humanos. Contribuições para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial – Brasília, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL / PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO, Cartilha Direito à Saúde Mental, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, S.Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em 7 fev. 2012.

PAULIN, Luiz Fernando e TURATO, Egberto Ribeiro. Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970. História, ciência e saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, v.11 (2): 241-58, 2004.

PEREIRA, Lucimar. Memórias da loucura: o papel do Museu na ressignificação do imaginário urbano. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso MBA Executivo em Saúde. Pós-graduação lato Sensu, Nível de Especialização Programa FGV-FHEMIG, 2011.

PITTA, Ana Maria Fernandes. Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Políticas. Ciência & Saúde Coletiva, 16(12):4579-4589, 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto. O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2008.

SILVA, MV. O movimento da luta antimanicomial e o movimento dos usuários e familiares. In: Conselho Federal de Psicologia, organizadores. Loucura, ética e política: escritos militantes. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.

SOARES, Jorge Marco Aurélio. Engenho dentro de casa: sobre a construção de um serviço de atenção diária em saúde mental. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1997.

TOLEDO, Jairo Furtado (Org.). Colônia: Uma Tragédia Silenciosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

WADI, Yonissa. Uma História da Loucura no Tempo Presente: os caminhos da assistência e da reforma psiquiátrica no Estado do Paraná. Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 68 – 98, jan. / jun. 2009.